

O CAMPO DA TAUROMAQUIA

LUÍS CAPUCHA*

1. O CONCEITO DE «CAMPO» DE RELAÇÕES SOCIAIS

Mesmo sem ter, ainda, construído uma «teoria do campo» formalizada, Pierre Bourdieu¹ utilizou e desenvolveu o conceito de «campo» (a história objectivada) na análise de variados e diversamente amplos domínios da prática social.

A forma como o utilizou nessas análises permite inferir um conjunto de argumentos teóricos, de grandes linhas de abordagem, possíveis de aproveitar no estudo de fenómenos nunca tratados por Bourdieu. O objectivo deste artigo consiste em instrumentalizar o conceito num desses fenómenos: a tauromaquia.

Mais do que discutir todas as implicações teóricas do conceito (de que seria vector dominante a presença ou não de uma concepção demasiado «estruturalista» da análise das práticas sociais e da relação indivíduo/sociedade), pretende-se aqui aproveitar as geralmente reconhecidas propriedades heurísticas da «teoria do campo» na investigação empírica.

Quer se trate das relações económicas, da cultura, da ciência, da arte, dos estilos de vida, da religião, da luta de classes ou de qualquer outro domínio do social, as práticas são condicionadas pelo volume e pela estrutura do capital que os agentes podem mobilizar, segundo os esquemas de predisposição que constituem o «habitus» (constituído e transformado na trajectória social desses agentes), na luta pela dominação num determinado espaço.

O conceito de campo designa esse espaço em que os agentes sociais estão colocados de forma estruturada (logo, diferenciada) em relação a determinados objectos, no valor dos quais acreditam e que elegem como motivo de luta, regida pelas regras próprias (socialmente construídas) de criação e apropriação de cada objecto, das quais os agentes envolvidos é suposto terem conhecimento.

Todas as práticas recebem o seu valor segundo as regras específicas do campo cuja estrutura «(...) é um estado das relações de força entre os agentes ou as instituições envolvidas na luta ou, se se preferir, da distribuição

* ISCTE/CIES.

do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores»². Essa luta realiza-se em torno da imposição do volume ou da espécie de capital que se define como legítimo, bem como da legitimidade da própria definição (associada à posição dos agentes nas relações de dominação dentro e fora de cada campo).

Embora autónomo, com regras próprias, nenhum campo o é por completo. Para além da sobreposição de níveis de análise (por exemplo, o campo da pintura é parte do campo da arte), há que considerar como fundamental a noção de «homologia dos campos», que faz com que estes se joguem e interpenetrem uns nos outros. Isso deve-se a que a estrutura de todos os campos se organiza segundo a mesma lógica do volume de capital possuído pelos agentes (dependendo geralmente da antiguidade no campo) e do que se define como ortodoxo. Assim, as oposições entre os mais ricos e os mais pobres, os novos e os velhos, os dominantes e os dominados, os poderosos e os pretendentes, os sucessores e os hereges, etc., passam-se de forma semelhante em todos os campos. O efeito das homologias é que cada posição num campo encontra o seu homólogo nos outros, sem que a correspondência tenha sido conscientemente procurada. É este princípio que torna eficaz a crença na «pureza» do envolvimento na luta apenas pelos objectos que constituem o espaço de cada campo e, fazendo crer que as lutas são exclusivamente internas ao campo, recriá-las nele e nos outros campos.

A cultura, ou qualquer das suas manifestações, não foge às regras de funcionamento do campo. E funciona enquanto tal desde que toma consciência de si mesma e passa a poder definir as regras do seu próprio funcionamento. A cultura é também um objecto de luta, que obriga quem nela quer participar a aceitar as suas regras. A entrada no campo implica um investimento interessado e a aceitação do valor dos objectos em disputa. Assim, a luta implica a cumplicidade dos rivais, pelo menos na defesa do próprio valor da luta. É essa cumplicidade que leva a esquecer que as armas são desiguais e desiguais as possibilidades de lhes aceder. Os objectos aparecem naturalizados e os sujeitos são levados a crer que as diferenças na apropriação são, também, naturais.

A teoria do campo de Bourdieu consiste numa tentativa de ultrapassar uma velha polémica na sociologia a respeito da «natureza» da cultura. «As críticas de Bourdieu dirigem-se tanto aos que acreditam que a sociologia dos fenómenos simbólicos não passa de um capítulo da sociologia do conhecimento e, portanto, nada tem a ver com os sistemas de poder, como aos que a entendem em termos de uma dimensão da sociologia do poder para a qual os sistemas simbólicos não possuem uma realidade própria»³. Os sistemas simbólicos, as culturas, são ao mesmo tempo manifestações da luta de classes e o resultado da sua própria lógica de produção e consumo. O conceito de campo permite, ao mesmo tempo, dar conta dos processos de produção e de consumo dos bens simbólicos e de como esses processos são apenas relativamente autónomos.

A primeira destas duas vertentes tem a ver com os processos de constituição de corpos de especialistas que se encarregam da produção e da definição das regras de consumo dos bens simbólicos.

A divisão de trabalho de dominação está na origem da criação de corpos de especialistas (os sacerdotes, os artistas, os intelectuais, os professores, etc.), em oposição aos agentes leigos, a quem cabe o monopólio da gestão dos bens simbólicos, facto que lhes é reconhecido socialmente e que os especialistas reforçam transformando a cultura em obra de eruditos, únicos conhecedores dos seus segredos. Os leigos são desapropriados da legitimidade de produzir bens simbólicos, sob pena da acusação de malbaratação e degradação cultural.

O corpo de especialistas vai-se autonomizando à medida que se refinam os conteúdos das polémicas internas e, assim, crescem os segredos só ao alcance dos iniciados. Para o caso da religião, Bourdieu coloca assim o problema: «A autonomia do campo religioso afirma-se na tendência dos especialistas para se fecharem na referência autárquica ao saber religioso já acumulado e no esoterismo de uma produção acumulativa, de início destinada aos produtores»⁴. Quando a linguagem deixa de ser esotérica, desvalorizada porque divulgada, o campo já criou novos objectos que permitem a distinção face ao exterior.

A capacidade de produzir segundo a lógica própria os bens que constituem o objecto de concorrência, fazendo excluir os leigos, não é, contudo, pacífica. Pelo contrário, ela é conflitual. Os novos (os profetas), disputam permanentemente aos dominantes (os produtores ortodoxos) a legitimidade da dominação (com base em estratégias que apontam sistematicamente para o retorno à «pureza inicial» desse objecto), mas de tal forma que, para se poder afirmar, a profecia deve dominar e conhecer (reconhecer) os objectos em disputa e as regras da luta, exprimir-se na linguagem dos iniciados e, assim, reproduzir a exclusão dos leigos e a autonomia do campo.

No mercado dos bens simbólicos a divisão do trabalho está na origem de processos de constituição de corpos de especialistas da cultura, por um lado, e de públicos consumidores, por outro. Os artistas relacionam-se de forma diversa com os não-artistas e com os demais artistas, desde logo pela forma como se passa a definir a arte e o papel de quem a produz. Cada vez mais ela tende a responder aos critérios da sua própria lógica e da dos produtores.

Os produtos do intelecto aparecem como coerentes consigo próprios e com os seus próprios critérios, de cuja definição estão excluídos os não especialistas. Mas, por outro lado, esta autonomia é apenas parte da realidade. A outra diz respeito à homologia do campo intelectual, ou da cultura, com o campo da luta de classes. Se a especialização cria um público, cada posição no corpo de especialistas cria um público especializado. Os dominantes do campo produzem para consumo das classes dominantes, enquanto os desvalorizados encontram o público privilegiado nas posições dominadas das estruturas das relações entre as classes.

Na relação entre produtor e consumidor (público), as mútuas condicionantes são constantes. O público espera, dos produtores, permanentes inovações que permitem a distinção, ao passo que a criação de novos públicos (ou qualquer transformação ao nível do gosto dos consumidores), provocará alterações nas relações de força entre os especialistas. Assim, as contestações da ordem simbólica, ou melhor, da ordem dos produtores da ordem simbólica, têm maiores possibilidades de sucesso em períodos de crise aberta envolvendo sociedades inteiras ou apenas algumas classes. A ortodoxia é legitimadora da dominação social, a heterodoxia (e a heresia) é homóloga à contestação social.

A hierarquia dos bens simbólicos reproduz a hierarquia das posições sociais. A manutenção da ordem simbólica contribui para a manutenção da ordem social, legitimando-a. Da mesma forma, o capital simbólico possuído pelo especialista ou pelo grupo de especialistas no campo, depende da força social do seu público. A luta entre os «parceiros rivais» pela imposição do monopólio da violência simbólica é concomitante da luta pelo monopólio do poder social e político. É o que diz Bourdieu quando afirma que «(...) servindo os seus próprios interesses na luta interna ao campo de produção (e apenas nessa medida) os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção. Instrumentos de dominação estruturantes porque estruturados, os sistemas ideológicos que os especialistas produzem para e pela luta pelo monopólio da produção ideológica legítima, reproduzem sob uma forma irreconhecível, por intermédio da homologia entre o campo da produção ideológica e o campo das classes sociais, a estrutura do campo das classes sociais».⁵

Parecem-me ser estas as grandes linhas de análise do conceito de campo, tal como Bourdieu dele se serviu. Não se pretende aqui uma discussão problematizadora do conceito (e não se quer dizer com isto que essa discussão seja descabida) mas apenas municiar uma abordagem sociológica do campo da tauromaquia, espaço de produção simbólica de inegável peso na sociedade portuguesa, e com *nuances* culturais regionalizadas enriquecedoras para a teoria sociológica.

2. A CONSTITUIÇÃO DE UM CORPO DE ESPECIALISTAS

A lide de toiros bravos remonta ao paleolítico⁶. Não obstante, a tauromaquia enquanto produto cultural a cargo de um conjunto de especialistas, de funções variadas na «festa», é um fenómeno relativamente recente.

O aparecimento de um corpo autónomo de especialistas do toureio, dá-se em pleno século XVII. Até essa altura, a lide de toiros foi actividade económica, momento ritualizado de práticas religiosas, pura diversão festiva. São variadíssimos, por exemplo, os escritos e as «Histórias» que descrevem, mais recentemente, durante a idade média e até cerca de 1800, como os nobres e os reis, quer em Espanha quer em Portugal, se divertiam

e «descansavam treinando» na organização de caçadas ou corridas com alanceamento de toiros. Desde o século XII são frequentes as touradas realizadas a propósito de acontecimentos relevantes para a vida das cortes e dos pares.

Mas, só em 1776 aparece, em Portugal, o primeiro regulamento para as touradas. Isto é, só a partir daí lidar toiros passa a ser um espectáculo que obedece a regras, que os especialistas devem cumprir, «(...) numa altura em que o espectáculo de toiros já começava a ganhar uma certa autonomia.»⁷

Em Portugal, o processo de constituição de um campo tauromáquico foi muito diverso do que aconteceu em Espanha (os dois países em que a lide de toiros se manteve, se não contarmos com o Sul de França e com a América Latina de língua espanhola, para onde foi exportada).

Em Portugal, a nobreza nunca abandonou a prática toureira, apesar das tentativas «civilizadoras» da hierarquia religiosa e do processo racionalizador que teve o ponto alto na corte de D. José I. Alguns reis (mesmo sem recuar a D. Sancho I, D. João I, D. Duarte ou D. Sebastião), como D. Miguel, foram eles próprios grandes impulsionadores da «festa». Daí que a «tradição» do toureio a cavalo se tenha mantido dominante. Mas, só se torna «arte» — e este termo marca a diferença entre aquilo que qualquer pode fazer por pura diversão, e aquilo que só pode ser obra de artistas — na altura acima referida.

«(...) Na época em que o toureio começa a enveredar por moldes acentuadamente artísticos, deixando aquela feição de acaso que até então tivera (...) começa-se a entrar no período em que as sortes se delimitam (...) começando a concretizar-se e a tomar forma todas aquelas regras que fazem hoje do toureio equestre uma verdadeira arte. É o Marquês de Marialva, grande equitador do seu tempo, quem lança as bases do toureio a cavalo e é Vitorino Fróis, antecedido por outros, que sintetiza as sortes, dando classicismo aquilo que até então se vinha praticando».⁸ Começa, pois, a haver regras, as sortes, que os especialistas criam e dominam (a «sorte», no sentido em que aqui é utilizada a palavra, designa uma maneira determinada de executar um passe e um toiro, ou as diversas fases em que se divide uma lide), e os próprios especialistas. Começam as rivalidades, as concorrências («competências», na linguagem taurina), a ortodoxia e a invenção de novas formas de tourear, isto é, tudo o que caracteriza um campo.

A pequena nobreza torna-se especialista do toureio, como forma de afirmar a sua existência, numa altura em que as ideias liberais começam a ameaçar, inclusivamente, os mais poderosos dos nobres.

Em Espanha, entretanto, depois de os Reis Católicos haverem abolido as corridas de toiros (que até cerca de 1700 revestiam as mesmíssimas formas que em Portugal), os nobres desrespeitaram sempre a proibição, até que Filipe V, de Bourbon, e a sua corte, profundamente ligada à sede difusora de determinada sensibilidade «civilizadora» dos costumes (a corte francesa), conseguem fazer nova proibição. O povo, que tal como em Por-

tugal apenas participava como «pagem» nos festejos taurinos, que organizava «esperas de toiros» espontâneas e, quando podia, a sua «pamplona», torna-se «consciente das possibilidades que uma manifestação pública lhe pode dar, apodera-se dos espectáculos taurinos, criando-lhes uma organização técnica e humana até então desconhecida.»⁹

Em Espanha também se toureia a cavalo, mas o «rejoneio» tem, tal como o toureio a pé, tradições populares, pois que resulta directamente da estilização de diversões praticadas por pastores (maiorais) e da lide no campo. Neste país, afastados os nobres dos rituais taurinos, «apenas o povo se divertia, mas toureando a pé, burlando as investidas dos animais com «quiebros» a corpo limpo e matando depois os toiros»¹⁰, após o que se assistia a práticas comensalistas, hoje estilizadas na oferta aos executantes de boas «faenas» e «estocadas» das orelhas e rabo dos toiros estoqueados. «O toureio a pé foi-se, assim, aperfeiçoando pouco a pouco, ao ponto de atingir na actualidade o grau maior de aperfeiçoamento, afirmação, aliás, discutida mas não negada»¹¹.

Corridas a pé e com toiros de morte em Portugal, foram existindo a espaços muito longos (e em condições sociais e históricas bem precisas, e sobre as quais não nos vamos aqui alongar), destacando-se a de 1927 em Vila Franca de Xira e as de 1976 e 1977 na mesma praça de toiros. Em Espanha, pelo contrário, breve surgiram os matadores, os especialistas, começando por Pedro Romero que em 1720 aparece matando toiros de caras, «recebendo», «com uma habilidade e coragem impressionantes», como dele se dizia, seguindo-se-lhe, entre outros, Pepe Hillo, escritor da primeira «tauromaquia», isto é, do primeiro manual do toureio.

Esta é uma outra linha de desenvolvimento do campo de especialistas da tauromaquia, capaz de definir novas regras, de criar e responder às solicitações de novos públicos, com os seus competidores e as suas rivalidades, as suas hierarquias e as suas formas de cooptação.

Os dois estilos nunca mais deixaram de se encontrar em confronto, quer no terreno interno à tauromaquia, cada uma buscando para si argumentos de legitimidade técnica, quer nos que representam na manipulação de símbolos a jogar no campo da luta de classes, a que não será estranha a forma como as duas vertentes principais da «arte de tourear» se constituíram.

3. TOUREIO A CAVALO — TOUREIO A PÉ

A oposição entre a «tourada à portuguesa» e a «corrida à espanhola», afirmada como diferença de «tradições» (palavra quase mágica da qual se servem, curiosamente, uns e outros, num mesmo espaço), encobrindo assim as oposições sociais que as originam, pouco tem a ver com a fronteira física entre os dois países.

É frequente assistir, efectivamente, à utilização do argumento da tradição para legitimar estratégias e gostos opostos. Por exemplo, terá a tradição a ver com «os tempos dos reis», ou com as corridas mistas do tempo de Manuel dos Santos, ou com a tendência de cada terra taurina a fornecer ao campo preferencialmente cavaleiros ou matadores e bandarilheiros? Bem assim, e num mesmo discurso, é perfeitamente comum ver, combinado com o apelo à tradição, o argumento da «transnacionalidade» da festa de toiros, sendo que a «tradição nacional» se torna apenas uma das formas que reveste a argumentação técnica a favor de um ou outro modo de nela participar. Particularmente os dominados no campo em cada país (os apreciadores do toureio a pé em Portugal e os apreciadores do toureio a cavalo em Espanha), são levados a apostar forte na não existência de divisões nacionais no toureio, como forma de tentar inverter a relação de forças no local.

A discussão torna-se, assim, mais baseada em argumentos de legitimidade e dificuldade de estilos. Um crítico como Lopes Fernandes, por exemplo, defendendo o toureio a pé e a corrida integral, afirma que «não existe, perante um critério responsável, a festa de toiros deste ou daquele país, deste ou daquele carácter.»¹² O «critério responsável» é aquele que argumentos de ordem técnica tendem a estabelecer como legítima forma de tourear.

A oposição tem a ver, de facto, com distintas maneiras que classes diferentes possuem para participar no campo, e a dominância de cada uma das vertentes, em cada momento e em cada lugar, define-se pelo estado das relações de força entre elas.

A cooptação dos artistas revela aquilo que os argumentos técnicos encobrem. Diz Bourdieu que «a lei que rege a relação entre as estruturas objectivas do campo (em particular, a hierarquia objectiva dos graus de consagração) e as práticas, por intermédio do *habitus* — princípio gerador de estratégias inconscientes ou parcialmente controladas tendentes a assegurar o ajustamento às estruturas de que é produto tal princípio — constitui apenas um caso particular da lei que define as relações entre as estruturas, o *habitus* e a prática, e segundo a qual as aspirações tendem a ajustar-se às oportunidades objectivas.»¹³

O princípio da distinção, que organiza as relações entre as classes sociais, organiza também as relações entre os oponentes no campo tauromáquico, que continuamente decalca, segundo a sua própria lógica, as distinções entre as classes.

«A tauromaquia como arte maior, começa com o apear do suserano», li algures. Não é por acaso que quase todos os matadores são oriundos das classes populares. O único capital de que necessitam para entrar no campo é coragem e algum jeito para tourear (pesem algumas alterações que se têm vindo a processar, e a que aludiremos à frente). Assim, despossuídos de outro capital, ajustam as aspirações às possibilidades (se nem aquele capital possuírem, serão relegados para as «especialidades menores», como a

forcadagem, a brega, para picadores, moços-de-espadas, público aficionados, etc.).

Vale a pena determo-nos um pouco para apreciar este naco de prosa:

... Alternando com Mazzantini, pessoa que todos veneravam pela sua posição social, este lhe diz meio espirituoso meio desesperado por não conseguir dominar o toiro que lhe coube em sorte:

— Maestro, empresta-me a sua muleta para ver se consigo vencer este «tio» como o senhor faria?!

E «Guerrita», detrás de um burladero, impávido contesta-lhe:

— O Senhor D. Luís,, nunca toureará como eu, nem que case com «Lagartijo».

Nesta atitude, evidencia-se mais do que a supremacia artística, a libertação e a promoção do homem, no seu ponto essencial. «Guerrita», um homem do povo, reconhece o seu valor e o seu direito e não os abdica frente a nada nem a ninguém.¹⁴

Basta passar os olhos por qualquer «História da Tauromaquia» ou por qualquer revista da especialidade, para se ver como se cria a imagem do «diestro» que, do nada, à custa de «cornadas» chega ao triunfo e à glória (sempre com risco de se transformar em tragédia — principalmente se a vida não for vivida segundo a mística do toureio), indicando claramente a única via disponível pela qual as classes populares podem ganhar peso no «mundillo» dos toiros. Uma ética popular presente na cultura profissional do toureiro, está expressa, penso eu, na norma que, disse-me um matador português, teria sido enunciada por Luís Miguel Dominguin: a vida de toureiro é uma vida de esforço e sacrifício; ao toureiro não são permitidos prazeres que o seu poder económico permitiria; a prova? o «toiro é ciumento», «cada gaja boa que conheces é uma cornada que o toiro te prega!»

Pelo contrário, os cavaleiros tauromáquicos não fazem mais que reproduzir na festa os traços de distinção anteriormente possuídos. A entrada no campo implica um investimento muito superior (os cavalos são caros, exigem tratadores, espaço para o ensino, vacas para o treino, dinheiro e quintas para a manutenção, etc.). Só pode ser cavaleiro quem possua muito capital (económico) à partida (além de já montar quase desde o berço). Aí reside a razão, escamoteada em nome da arte e da aficção, pela qual a cooptação de marialvas se realizava entre a nobreza e se realiza hoje entre os grandes lavradores do Sul, muitas vezes possuidores de coudelarias e ganaderias bravas, ou ricos construtores civis (os cavaleiros do cimento, como já lhes ouvi chamar, pretendendo-se depreciar mais que a arte, a origem social e cultural).

As vias de cooptação para o campo são um indicador claro e objectivo

da correspondência entre as aquisições internas e a luta entre as classes. Uns não abdicam do uso das mãos e do esforço físico, outros não descem do cavalo. A posição no campo indica e reproduz os traços de distinção criados e reinvestidos na posição social.

Que no campo tauromáquico esta é a oposição dominante, é afirmação que há que demonstrar.

Onde ela melhor se revela é na bateria de argumentos técnicos que se esgrimem em favor de uma ou outra vertente do toureio porque, quanto ao que transparece para fora do campo, parece haver unidade. Tudo se passa como se, dominada no campo da cultura, a tauromaquia tivesse de se afirmar coesa face aos seus opositores (isto apesar de ser caso virgem a convergência a respeito da mínima tomada de posição ou estratégia de pressão colectiva), socorrendo-se com frequência do apoio prestado por figuras preponderantes e de grande prestígio noutros campos, como a pintura, a literatura, a música, a fotografia e a ciência.

Essa «unidade», que explica a existência de apreciadores dos dois estilos concomitantemente, é traída apenas quando a linguagem se torna suficientemente técnica e esotérica, a ponto de só poder ser percebida por iniciados. Aliás, é preciso estar entre aficionados para se poder ouvir dizer, aos matadores de toiros portugueses, que o mal da festa em Portugal está na predominância da «gente do cavalo», nomeadamente ao nível dos empresários e do dinheiro para comprar críticas na imprensa. E só nesses círculos restritos se pode ouvir um cavaleiro ou um forçado mandar para Espanha quem quer toiros de morte. Convite que, paradoxalmente, é aceite por boa parte de aficionados de maiores recursos, como forma de juntar ao agradável o útil que pode ser o «currículo» de corridas vistas em Espanha, nas lutas simbólicas e sociais que impliquem a recorrência à categoria de «bom» ou «mau» aficionado.

Publicamente, as oposições são mediatizadas pela linguagem em código do campo, de que se dão alguns exemplos (não do código, mas do significado dos discursos). Assim, numa entrevista à revista «*Novo Burladero*» n. 49 (1986), um cavaleiro afirma, por um lado, que «o toureio a cavalo, quanto mais perto estiver do toureio a pé, mais mérito terá», e, por outro, ao ser perguntado sobre o que alteraria, se pudesse, na tourada em Portugal, responde que «a festa de toiros em Portugal vive muito da tradição, e portanto não julgo necessário modificar-lhe muita coisa. Para mim, basta que se faça cumprir o regulamento». Quer dizer, é necessário que tudo continue como está, com larga predominância da «arte marialva», nem que para isso se tenham de convencer todos os descontentes da possibilidade de semelhança daquela com o toureio integral.

A discussão já vem de longe (aliás, existem certos temas que se repetem ciclicamente nos toiros, como a do tamanho e bravura dos mesmos, embora em contextos diferentes e com diferentes intenções). Recuando apenas alguns anos, podemos ver escrito na *Vida Ribatejana* (jornal publicado em Vila Franca de Xira) em 1965, um artigo da autoria de Martins

Ferreira que diz: «...cada um gosta do que é seu, isto é, do que mais lhe agrada (...) Há os que gostam do toureio a cavalo, outros que dão a preferência ao toureio a pé (...) e ainda, dentro de cada modalidade os gostos se dividem.» Mais à frente, e mais explicitamente: «...toureiar, todos mais ou menos toureiam; agora o bem tourear requer *senhoria*. Ora, entre outras desvantagens — como, dizem os defensores da arte marialva, a necessidade do toureiro ter de passar a contar com um terceiro elemento, o cavalo, além dele próprio e do toiro — em relação ao toureio apeado, o cavaleiro tem a de já estar em praça quando o toiro irrompe dos currais; só depois de o ver na arena pode (como é lógico) avaliar as suas características».

Este conjunto de afirmações pode ser comparado com o que se segue.

«Muitos apaixonados pela festa brava são mais empolgados pela lide vulgarmente, em Espanha, chamada ordinária, e que é composta por três tercios: varas, vandarilhas e estoque. É este género de lide por eles preferido, segundo a sua opinião justificada, por significar uma autêntica e definitiva prova em que se vê bem o que é o toureiro e o toiro, no combate do homem com a fera (*Vida Ribatejana*, 1965). Contudo, «no toureio como Deus manda — ou pelo menos na modalidade que mais nos agrada, atrai e apaixona — a festa em Portugal vai continuar a representar um símbolo de impossibilidade» (*Novo Burladero*, 50, 1986). O argumento do «mando de Deus» e a força da imagem da corrida em Espanha, impedem qualquer oposição explícita ao toureio a pé. Os cavaleiros frequentemente afirmam a sua afeição por essa modalidade (dessa forma capitalizando poder simbólico para garantir o predomínio), mas sem fazer o mínimo para alterar a situação.

No pólo dominado em Portugal, a cada «lufada de ar» (como o parecimento de um novo «novilheiro» com possibilidades), tudo se faz para inverter os termos da luta. Embora haja a consciência, várias vezes afirmada, de que as recomposições no campo seriam muito problemáticas, também há a certeza de que «se em Portugal tivéssemos a corrida integral — só em algumas praças e em ocasiões devidamente programadas — decerto que aquela simples ‘lufada’ passaria a fantástico ‘ciclone’ que agitaria para sempre o toureio a pé, essa modalidade bela, singular e emocionante, a que o mundo taurino tem direito...» (*Festa*, n.º 9, 1986).

Enquanto o temporal não chega, vão procurando incentivar os jovens valores (isto é, aconselhando-os a irem para Espanha, único local onde, no duro caminho dos «pueblos», podem vir a triunfar), contentando-se com uns arremedos de toureio a pé nas «corridas mistas» e organizando excursões a Espanha, para ver toiros «a sério».

E protestam: «Que se sirva e se mantenha o toureio de S. Sebastião para quem o prefira... mas não nos roubem o toureio verdadeiro e tradicional com a transcendência que nos luz!» (*Novo Burladero*, n.º 50, 1986).

A tradição é, contudo, o argumento preferido na posição oposta: «não esqueçamos que foi em Portugal que apareceu, muito antes de em qualquer outro país, o primeiro livro sobre equitação! — o toureio pedes-

tre nunca criou raízes tão profundas e firmes que pudessem destronar as antigas corridas de toiros, isto é: predomínio do cavaleiro» (*Vida Ribatejana*, 1982).

A maneira como se manipulam os símbolos distingue as classes, é elemento constitutivo das classificações. A manipulação dos símbolos da tauromaquia não foge à regra. Gostar mais de uma ou outra forma de tourear não é um elemento, socialmente neutro. A argumentação tecnicamente elaborada, afirmando gostos, mas também tentando formá-los, é um elemento fundamental da homologia do campo da tauromaquia com o campo das relações entre as classes.

O esoterismo da linguagem impede que as lutas exo-geradas se manifestem abertamente, com frequência, na tauromaquia. Por exemplo, na luta política, embora sabendo-se como grupos de aficionados ou de artistas funcionam a favor desta ou daquela força, só raramente as posições são explicitadas. As excepções mais flagrantes terão sido a tourada do Campo Pequeno em 28 de Setembro de 1974 e a história de dois toureiros espanhóis que, durante o reinado de Fernando VII rivalizavam e faziam rivalizar as claques de incondicionais, afirmando-se um como o toureiro do partido liberal e o outro do partido absolutista. Mais recentemente, entre nós, não deixou de constar que um boicote promovido pelos ganadeiros e por alguns cavaleiros a determinado empresário, se deveria ao alinhamento desse empresário por determinado partido político. Contudo, as explicações oficiais foram, de um lado, a de que o boicote se devia a que o indivíduo em causa promovia muitos espectáculos com matadores, do outro a de que ele não cumpria o regulamento. Até que um *ganadero* com peso suficiente para dizer o que pensava, afirmou em entrevista não poder esquecer o que se passara depois do 25 de Abril...

Excepções como estas confirmam a regra da camuflagem da homologia dos campos, razão da eficácia da manipulação e inculcação simbólica.

O que foi dito a respeito da luta entre as classes populares e a aristocracia agrária não esgota os investimentos no campo. Muitos outros usos podem ser feitos da tauromaquia.

Desde logo, ela pode ser, para os artistas, a via da promoção social (a trajectória ascendente do pobre que triunfa pela arte e pelo valor) e de descendência (o filho do agrário que se torna cavaleiro tauromáquico para «aguentar» com alguns recursos a decadente economia familiar, ou que, por não ser primogénito, encontra nos toiros uma nova via de reprodução que não implica a divisão do património), tal como de simples afirmação enquanto classe (sem esquecer as relações de clientela e patrocínio que acompanham, nos mais diversos campos especializados, os mecanismos de reprodução social).

Depois, desde que se transforma em espectáculo (se organiza enquanto campo), pela tauromaquia podem passar investimentos economicamente lucrativos, de que é mais acabado exemplo a propaganda da importância dos toiros para o taurismo, ou promocionais, políticos e culturais, a que se

associa um conjunto diversificado de especialistas do campo, como o comentador da TV, o crítico, o empresário, o apoderado (agente artístico e comercial do toureiro), o director da escola de toureiro, o tertuliano, o político aficionado, etc.

Quanto mais o leque de posições se diversifica e complexifica, tanto mais aparece o campo como uma entidade com uma lógica própria e regida pelos seus próprios princípios. Desta forma, cada vez é mais camuflada e eficaz a inculcação ideológica que comporta. E mais a estratégia do investimento «desinteressado» no campo, para obter lucros fora dele, se afirma.

4. — «A VERDADE» E A DOMINAÇÃO NO CAMPO

O campo demarca-se do exterior, dos leigos, pela forma como (a) entende a «verdade da festa», (b) reconhece técnicas e regras do toureiro e reconhece a sua não-observância e (c) conhece estilos, escolas e inovações na arte de tourear.

Estes «sinais de pertença» ao campo, ao mesmo tempo que demarcam do exterior (do público não-aficionado e dos detractores da festa), são o motivo de luta pela dominação dentro do campo.

Como se tentou mostrar noutra local¹⁵, a festa de toiros deve a sua «distanciação no tempo e no espaço»¹⁶ à plasticidade do seu núcleo, organizado em torno do tratamento simbólico da morte (que estrutura todos os outros elementos significativos, como a percepção da relação entre os sexos, a coragem do quotidiano da existência popular, a fertilidade e a abundância, a estética do concreto). «A festa de toiros, no seu conceito, constitui um acto sacramental em torno da morte. O que acontece na arena circunscrito à acção, tem inevitáveis reacções psicológicas no público. Na praça ele aprende o mesmo que quando acode a presenciar uma tragédia Grega. À audição tão-pouco vai divertir-se, antes pelo contrário: sofrerá. Mas nesse singular sofrimento aprenderá muita coisa sobre a morte e sobre a vida», disse Martinez Fornnez numa conferência de Alcala Real.

A «verdade» começa por ser a presença do perigo de uma colhida iminente, ao enfrentar uma fera nos «terrenos» desta, para se ir transformando, em resultado das lutas e da automatização do campo, num critério de aplicação das técnicas de lide.

De qualquer forma, a «presença» da morte continua sendo um elemento decisivo na apreciação e na imposição da legitimidade em toda a arte de tourear (razão pela qual os empresários e os cavaleiros em Portugal juram o seu gosto pela corrida integral).

O espectáculo taurino sem toiros «a impôr respeito» e «a pedir massas», com «idade, peso e terapio», de hastes limpas e com casta e bravura, é um espectáculo desvalorizado, no entender de toda a aficção. Se nalguns lugares tem adeptos (em Portugal começou no reinado de D. Pedro II o hábito de serrar os cornos aos toiros), é porque os dominantes, aliados objec-

tivos das forças «civilizadoras» extra ou anti-aurinas, conseguiram impôr uma versão que, sempre contestada, privilegia o elemento estético (ou uma determinada vertente estética) sobre o trágico.

É em nome da «verdade» que grande parte da crítica especializada contesta a «sensaboria» da maioria das touradas ou das corridas em que as regras não são cumpridas. Neste caso, o inimigo é, sistematicamente, o grupo dos que, no campo, detêm o monopólio das posições comerciais mais favoráveis, «as sanguessugas aurinas que a seu bel-prazer se vão movendo nos bastidores e que estão a tentar acabar com a Festa de Toiros em Portugal» (*Novo Burladero*, n.º 49, 1986). Curiosamente, é uma crítica que não tem visado específico e que está sempre presente em qualquer país aurino, não poupando as autoridades políticas e administrativas que, inimigas da Festa, permitem «atropelos» à verdade regulamentada ou tacitamente regulada.

Da mesma falta de «verdade» são acusados os artistas que, escamoteando as regras técnicas do toureio, se servem de meros «truques» para «despachar» toiros sem os tourear conforme merecem (cada toiro tem a sua lide), ou fugindo a enfrentar certos toiros, de certas ganadarias de bravura e força mais famosas, ou que se refugiam em «enganos» que não são os legítimos.

Em volta da «verdade» se movimentam e opõem todos os grupos da tauromaquia, marcando a oposição e a luta pela legitimação do «toureio como mandam as regras» ou de um espectáculo para «turistas e desconhecidos», lucrativo mas falso.

Sem dúvida, o alargamento do público (a generalização implicando uma desvalorização) e a utilização da tauromaquia para fins «contrários aos seus princípios», particularmente a excessiva comercialização, podem e estão a provocar uma alteração na força do critério «verdade» em relação a outros e, assim, no valor atribuído aos agentes humanos colocados num e no outro pólo da oposição.

À medida que o campo de especialistas vai crescendo, vão-se afirmando as regras do toureio, a «doxa» de que fala Bourdieu noutros campos, que aqui se define pela forma de lidar e apreciar a lide de toiros. No princípio o importante era que o toiro morresse. A pouco e pouco, e à medida que se destacavam os artistas (e estes destacavam-se pelo que faziam), foram-se criando novas formas de executar passes e sortes, novos objectos e, com eles, novos públicos e novos gostos. É dessa forma que se vai impondo a estética e a «arte», bem como as regras: parar, mandar, templar; sequências das sortes e sua execução técnica (uma boa parte dos «passes», aliás, fica com o nome dos toureiros que as inventaram — por exemplo, Chicuelo cria a «chicuelina», Manolete a «manoletina», Gaona a «gaonera», José Mestre Batista o «ferro à Batista», etc.). O processo é válido tanto para o toureio a pé como para o toureio a cavalo, para a pega ou para a brega, para as cortesias ou para a estocada. «Ir aos terrenos do toiro», «dar o peito», «adiantar o engano», «carregar a sorte», «matar reciben-

do», «citar», «aguentar a investida», «rodar ao pitón contrário», «cravar ao estribo», «de poder a poder», etc., são outras tantas regras que os «maestros» foram criando e impondo (impondo ao público o gosto pelo que faziam) e que se foram tornando património do toureiro.

A existência de uma «doxa», contudo, implica a existência de uma «ortodoxia» e de uma «heterodoxia» (heresia quando disputa o lugar dominante). É esta lógica que organiza as relações entre os dominantes e os dominados no campo.

Em cada momento domina o campo o grupo de artistas que mais público consegue levar à praça, pela forma como, em estilo pessoal, criando ou não «escola» (fazendo ou não «moda»), executa as regras estabelecidas. Quando essas regras não estavam sedimentadas ou estavam por inventar, o campo era dominado pelo ganadeiro, pois o «jogo» dado pelos toiros constituía o maior pólo de interesse. Mas, conforme se vão estabelecendo novos princípios técnicos e estéticos, o artista vai ganhando poder. A ponto de toureiros como Belmonte ou João Branco Núncio conseguirem impôr às ganadarias a obrigação de seleccionar as suas castas para o tipo de lide que, deles para a frente, mais adeptos possui.

Quem faz a moda dita as regras. Os restantes seguem-nas. Até que um pretendente, com capacidade suficiente para impor novos objectos de lide, se afirma, compete e triunfa. Quando se fala do toureiro ante e pós-Branco Núncio e das «revoluções» de Mestre Batista e de João Moura, é esse tipo de competições que está sendo referido. A equivalente no toureiro a pé pode ser estabelecida com o toureiro ante e pós-Belmonte e, neste, a fase Monollete, El Cordobez e Ojeda.

Atravessando estas oposições entre dominantes e pretendentes à definição da sua maneira de tourear como a mais legítima, conforme às regras («no toureiro está tudo inventado», diz-se), encontra-se (e sempre se encontrou) a luta entre um estilo que se chama «clássico» (e que varia com o tempo, quanto ao conteúdo do que é clássico) e o «moderno», no toureiro a cavalo, e a linha sevilhana (mais elaborada esteticamente) e a linha redonda (mais tremendista e poderosa) no toureiro a pé. São grandes linhas de concepção estética que marcam e organizam as diversas modas que vão competindo.

«É das rivalidades que vive a festa». Sem a concorrência, a inovação, a oposição de estilos, o público não se renovaria e deixaria de acorrer às praças, crê-se no «mundillo», pelo menos ao preço actual dos bilhetes. O campo estagnaria e perderia capacidade plástica para acompanhar as alterações do gosto do «respeitável pagante».

O espectáculo perderia se, em cada tarde ou noite de toiros não se tivesse que eger o «triunfador» e o derrotado (e o próprio toiro pode ser eleito, se estiver «por cima» dos toureiros). O triunfo e o insucesso organiza o o campo, segundo as normas técnicas e artísticas próprias, mas é exactamente por isso que ele se assemelha a qualquer outro campo, ao mesmo tempo que se autonomiza.

3. — A AUTONOMIA DO CAMPO

A autonomia do campo estabelece-se em dois sentidos: primeiro, depois de definida a *doxa* e os critérios de hierarquização dos produtos, pela capacidade de hierarquizar os produtores e definir as leis de acesso a cada posição; em segundo lugar, pela capacidade de se opor aos leigos e de combater os inimigos externos.

Ao longo de cada «temporada» vão-se organizado «marcadores» que constituem um verdadeiro esquema de hierarquização dos artistas: quem mais toureou, quem obteve mais triunfos, quem cortou mais orelhas, quem mais vezes foi distinguido pela crítica, etc. De igual modo se registam as provas dadas pelas ganadarias e pelos toiros (aliás, é comum a existência, todas as temporadas, e a par da «competência» entre toureiros, corridas-concurso de ganadeiros). Os artistas cavaleiros, matadores, picadores, peões de brega e forcados ficam, desta forma, com posições absolutamente definidas em termos de preponderância no campo. A esta concorrência apenas escapam aqueles que, pela antiguidade e pelo que já fizeram (pelo capital acumulado), criaram um «nome» que não pode ser posto em causa por uma tarde desastrosa ou por uma temporada sem qualidade, o que, aliás, dificilmente acontece, porque esses têm poder para recusar toiros e ganaderias, praças ou alternantes. São a chamada «quinta essência» dos toureiros. Os outros, as «primeiras figuras», as «segundas figuras» e os toureiros de «pueblos» ou nem isso, têm que competir afincadamente para conseguir um lugar cimeiro no «escalafón» ou, pelo menos, para não se verem excluídos do exercício da profissão. Note-se que apesar das estratégias de monopolização do mercado por grandes empresas taurinas que caracteriza as actuais transformações no «mundillo» (como seria de esperar face às transformações socio-económicas características do mundo moderno), a «competência» (e os riscos que faz correr quando realizada frente a um toiro), continua a ser decidida pelo público em cada tarde e, no fim da temporada, pelo número e qualidade dos públicos atingidos.

O acesso às diversas categorias dentro do campo está perfeitamente demarcado. Um rapaz que queira ser toureiro, para o caso dos matadores, tem de começar por bezerrista, debutar nos «pueblos» em novilhadas sem picadores, prestar provas para novilheiro, e só quando «ganhou sítio» pode aspirar a «tomar a alternativa» (espécie de carteira profissional) conferida por um «padrinho» (uma figura da arte) e testemunhada por outro profissional. Trata-se do duro caminho a percorrer, quantas vezes passando privações — sendo a forma como as suportam medida da sua *aficion* e vontade de vencer — antes de começar a ganhar dinheiro com a festa.

A forma como se processa o acesso à profissão constitui um dos indicadores mais seguros das alterações que se têm verificado no campo em virtude do alargamento do público e da invasão dos interesses comerciais na festa, provando ainda que o campo mantém a sua plasticidade, a qual lhe tem permitido sobreviver, apesar de todas as ideologias «racionalizadoras»

que o combaterem e combatem. Era costume o futuro matador começar por integrar a «quadrilha» de um toureiro consagrado, como bandarilheiro, para só depois seguir o seu próprio caminho. Hoje, diz-se que o último matador importante que assim se formou foi o vilafranquense Vítor Mendes. Agora proliferam as «escolas de toureiro», apoiadas oficialmente, com currículos que ultrapassam o simples ensino do toureiro, e com meios para promover os jovens formando que passam as sucessivas provas. Ou existem campanhas comerciais e de *marketing* (incluindo o pagamento de muito dinheiro para pôr novilheiros a tourear nas feiras importantes), pelas quais um jovem (de preferência com progenitor toureiro), desde que arranje um bom «apoderado», com capital económico e social, pode ser publicitado como «figura da novilharia» («puntero»). Os primeiros anos da profissão passaram a integrar a categoria «juventude» e deixaram de ser apenas a trajectória conduzindo a «figura», a prazo, para passar a ser mais uma forma de chamar público às praças.

Para os cavaleiros, onde o processo de «mediatização» na construção da carreira é mais massivo, o caminho é bem mais fácil. Para além de possuírem meios que garantem uma subsistência desafogada, apenas é costume passem poucos anos antes de tirar as provas para «praticante» e ainda menos até à alternativa.

Todos os caminhos percorridos e a percorrer estão devidamente ritualizados e são permanentemente assinalados com sinais de status perfeitamente distintivos. Não são apenas os «ritos de passagem», as provas, alternativa, ou o corte da coleta (simbolizando o fim da carreira). Cada corrida ou tourada assinala o passado dos toureiros em praça, obrigando a que, sempre em primeiro lugar, toureiem os toureiros de alternativa mais antiga (inclusive fora da praça, vi um toureiro num acto público — uma homenagem — levantar-se do lado direito da presidente da entidade promotora, para ceder esse lugar a outro toureiro, bem menos figura, mas de alternativa mais antiga, que entretanto chegara), aos mais antigos são dadas as prioridades nos «quais», entre outros sinais.

Mas o mundo dos toiros não se resume, contudo, à hierarquia dos matadores e cavaleiros. Todos os outros postos estão também hierarquizados, segundo dois eixos: dentro de cada categoria (peões-de-brega ou bandarilheiros, picadores, forcados), a antiguidade e o sucesso constituem, tal como para os «diestros», os critérios de classificação e hierarquização. O segundo eixo tem a ver com a hierarquia inter-profissional. No topo estão os matadores e os cavaleiros; forcados, peões-de-brega e picadores abaixo; depois moços-de-espadas, pessoal auxiliar das praças, etc., cada qual com o seu lugar perfeitamente demarcado, com as suas regras e com os seus sinais de status (de que a obediência do «subalterno» ao «chefe de quadrilha» constitui elemento característico).

Para além dos artistas, na «sombra» estão os outros lugares, disputando aos primeiros a dominância no campo. Por exemplo, parece que se afirma a possibilidade de, depois do toureiro ter sucedido ao ganadeiro, o em-

presário — ou empresa empresária — se suceder aos toureiros na definição das regras e nos critérios de montagem dos espectáculos e dos festejos. O seu poder económico e o domínio das técnicas de propaganda e promoção artística podem, efectivamente, manipular «cartéis» e corridas capazes de fazer e desfazer toureiros (nomeadamente manipulando as corridas mano-a-mano de tira-teimas, conjugando figuras firmadas com o toureiro a promover, ou seleccionando as ganaderias a tourear pelo seu protegido).

A capacidade de promover e despromover têm-na, também, os críticos, mas em menor grau. Menor devido à tradicional dependência de número significativo de articulistas em relação às empresas ou aos toureiros (já Hemingway dizia ser a imprensa taurina a mais corrupta do mundo). Pelo seu próprio papel, os críticos constituem um elemento de peso no conjunto das instâncias de consagração. É um peso que, de qualquer forma, tentam aumentar constantemente, pelo monopólio que possuem da autoridade legítima de emitir e divulgar opiniões a respeito de cada toureiro, de cada «subalterno», de cada *curro* de toiros ou de cada cartel (nome dado ao conjunto de artistas e ganaderia que constituem cada corrida).

Mas, a principal instância de consagração é o público. Tem mais valor o artista que consegue encher as praças, o empresário que monta corridas com interesse, o ganadeiro que desperta curiosidade e garante emoção. Nestes termos, a consagração comporta, em si própria, uma contradição. Se o público é quem decide, se o sucesso se mede pelas assistências, a generalização comporta uma possibilidade de desvalorização. A contradição é resolvida pela hierarquização dos públicos (por isso, em cada altura, há os toureiros do público, mas há também o toureiro dos toureiros). Assim, apenas acabam por contar, ou contam com muito maior peso, os «públicos entendidos», isto é, aqueles que sendo aficionados pertencem ao campo, conhecem as regras e são capazes de distinguir o produto raro e genuíno da simples encenação para turistas e pagantes.

O inter-reconhecimento entre a afición, recobre os mais sofisticados meios, de que cito apenas um exemplo. Durante o trabalho de pesquisa-acção de que este artigo é um momento, organizei uma exposição em Vila Franca de Xira. Num dos painéis estava escrito a palavra «touro». Uma pessoa daquelas de quem se pode dizer «que me viu nascer», acompanhado por outros aficionados vilafranquenses, deu-me o «repasso»:

— *Ouve lá, rapaz: tu és de Vila Franca, não és?*

— *Oh vizinho! Por que é que pergunta isso? — respondi.*

— *Não sabes que se escreve «toiro» e não touro?*

— *O vizinho desculpe, mas pode-se escrever das duas maneiras. É como ouro e oiro, besouro e besouro...*

— *Isso é na gramática, que escusas de me vir ensinar, porque já conheço. Cá em Vila Franca escreve-se e diz-se toiro, e mais nada!*

Pelo tipo de público se estabelece a hierarquia das praças (cada país tem a sua «primeira praça», as praças de primeira, segunda, terceira, etc. e, dentro todas, as que são ou não de consagração. Madrid não é Barcelona, Sevilha é incomparável, um triunfo em Bilbao vale muitos em Badajoz, etc. Também em Portugal praças como a de Vila Franca ou da Moita têm outro «peso», distinguem os sucessos, marcam as carreiras.

É perante públicos conhecedores e exigentes que se desenrolam as «corridas da verdade», as decisivas, as que marcam época. Forma-se um «círculo vicioso de legitimação», em que os toureiros se esforçam, por saberem que se encontram perante entendidos, capazes de «armar bronca» ou de «abrir a porta grande», e os entendidos escolhem aquelas corridas que, sabem, apresentam algumas garantias de qualidade, e nas quais desempenham o papel de examinadores.

Os diversos graus de legitimidade da posição no campo acompanham os graus de consagração dos públicos, das praças e das corridas. A crítica joga com o público com direito a emitir opiniões capazes de formar a opinião do público. Ao promover ou não um artista, e conforme os argumentos que utilize, pode ou não levar a *aficion* a acorrer a uma corrida que, assim, pode ou não constituir um momento de consagração-reprovação. A capacidade de se tornar examinador, não se deixando levar por truques, é a principal marca de distinção da *aficion* em relação ao público ocasional e desentendido. A *aficion*, por o ser, é quem tem acesso à crítica ou ao convívio com toureiros e ganadeiros e, logo, ao conhecimento das regras a respeitar no toureio. Por isso, a mercantilização nos toiros, podendo ser desvalorizadora e constituir um perigo ameaçando o campo (dado que este se constitui em torno da «doxa» que é capital dos entendidos), acaba por ser, ao mesmo tempo, um referente importante para estruturar a posição e as oposições dos seus agentes.

Todavia, a referência de oposição decisiva encontra-se fora do campo. São as ideologias «civilizadoras» que despontaram com a centralização do poder religioso da Igreja Romana e tiveram o seu suporte culminante nas Cortes Iluminadas, de que os deputados — nomeadamente ingleses — ao Parlamento Europeu são meras caricaturas anacrónicas, e que não se cansam de perseguir certas práticas culturais rotuladas de «bárbaras», de forma tão arbitraria como a dessas práticas que visam combater, mas com o poder suficiente para influenciar os poderes políticos e culturais que têm conseguido manter subalternizados certas formas das culturas populares, de que a tauromaquia é apenas um exemplo (embora significativo). Assim, por força da violência simbólica, certas normas de comportamento moral, têm impedido, em Portugal, a afirmação da Festa de toiros livre da acusação de falsidade, e dessa forma impossibilitando alterações decisivas no campo. Com esta discussão, estaríamos em cheio na problemática das relações de dominação entre as culturas, mas isso são contas que ficam para outro rosário.

NOTAS

¹ Seria demasiadamente extensa, para os objectivos deste trabalho, a referência a todas as utilizações do conceito de campo em Bourdieu e em muitos dos seus colaboradores. Um bom exemplo da variedade de domínios da prática social analisados pelo autor com base na teoria do campo encontra-se no seu livro *Questions de Sociologie*, Paris, Les Editions de Minuit, 1984.

² Pierre Bourdieu, *Questions de Sociologie*, Paris, Les Editions de Minuit, 1984, p. 114.

³ Sérgio Miceli, «Introdução: a Força do Sentido», in: Pierre Bourdieu, *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1974, pp. x.

⁴ Pierre Bourdieu, *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1974, p. 38.

⁵ Pierre Bourdieu, «Sur le Pouvoir Symbolique», *Annales*, n.º 3, 1977.

⁶ Cf. J. R. Conrad, *Le Culte du Taureau — de la Préhistoire aux Corridas espagnoles*, Paris, Payot, 1978.

⁷ Cândio Leal, «Temas no Redondel», *Vida Ribatejana*, n.º especial, 1964.

⁸ Jorge Ferreira, «Cavaleiros Tauromáticos», *Vida Ribatejana*, n.º especial 1962.

⁹ Lopes Fernandes, *Consciencialização Sobre a Festa de Touros*, Setúbal, Edição do Autor, 1983, p. 25.

¹⁰ Cândio Leal, «Tourear, Rejonear, Campinar, eis a questão...», *Vida Ribatejana*, n.º especial 1962.

¹¹ *Idem, ibidem.*

¹² Lopes Fernandes, *op. cit.*, p. 14.

¹³ Pierre Bourdieu, «Sur le Pouvoir Symbolique», *Annales*, n.º 3, 1977, p. 160.

¹⁴ Lopes Fernandes, *op. cit.*, p. 36.

¹⁵ Cf. Luís Capucha, «A Tauromaquia — Cultura Popular Vilafranquense», *Boletim da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira*, n.º 3, 1988.

¹⁶ O conceito de «distanciação tempo-espaço» constitui um elemento básico da «teoria da estruturação» de Anthony Giddens, e refere-se à permanência no tempo e ao alongamento no espaço das práticas institucionalizadas. Veja-se, para uma análise mais aprofundada, o livro de Giddens *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1984.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre, *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre, «Sur le Pouvoir Symbolique», *Annales*, extrato do número 3, 1977.

BOURDIEU, Pierre, *La Distiction-Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Editions de Minuit, 1973.

BOURDIEU, Pierre, *Le Sens Pratique*, Paris, Les Editions de Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre, *Questions de Sociologie*, Paris, Les Editions de Minuit, 1984.

CHARLE, Christophe, «Situation de Zola dans le Champ Littéraire» *Lendemain*, n. 36, 9, 1984.

CONRAD, R. *Le Culte du Taureau — de la Préhistoire aux Corridas Espagnoles*, Paris, Payot, 1978.

ELIAS, Norbert, *La Civilization des Moeurs*, Paris, Calmann-Lévy, 1973.

FERNANDES, Lopes, *Consciencialização Sobre a Festa de Touros*, Setúbal, Edição do Autor, 1983.

GIDDENS, Anthony, *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1984.

ORTIZ, Renato, *Pierre Bourdieu*, São Paulo, Editora Atica, 1983.